

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**LUIS PAULO SANTOS DA CRUZ**

**GUIA PARA ELABORAÇÃO DO PDTR –  
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO  
PELO CONSÓRCIO DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO (CTR)**

CACHOEIRA - BA

2021

## SUMÁRIO

1- APRESENTAÇÃO .....	3
2- PLANEJAMENTO TERRITORIAL.....	4
2.1 Dimensões e Abordagens do Plano de Desenvolvimento Territorial .....	4
2.2 Estratégias da Participação na Elaboração do PDTR .....	9
3- DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PDTR .....	12
3.1 Diagnóstico .....	15
3.1.1 Contextos Históricos e Socioculturais do Território .....	15
3.1.2 Dimensão Populacional e Características Político-Institucionais.....	16
3.1.3 Aspectos Geoambientais.....	16
3.1.4 Aspectos Econômicos.....	17
3.1.5 Aspectos de Infraestrutura, Mobilidade e Logística .....	18
3.1.6 Contextos Educacionais .....	19
3.1.7 Contextos de Saúde Pública.....	20
4- ETAPAS PARA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO PDTR .....	22
5- A PROGRAMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....	29
REFERÊNCIAS.....	31

## 1- APRESENTAÇÃO

Este guia é um instrumento de apoio para a construção do Plano de Desenvolvimento Territorial do Recôncavo (PDTR). O guia disponibilizará aos usuários informações conceituais e metodológicas relacionadas ao processo de elaboração do planejamento territorial para o desenvolvimento.

Partindo do pressuposto do território como base da organização das relações sociais, entende-se que o planejamento no âmbito territorial possibilitará uma visão mais integradora dos espaços, obtenção de relações colaborativas entre os agentes, integração do mercado com as realidades locais e fortalecimento da participação da sociedade civil nos processos de planejamento e implementação das políticas públicas pautadas no desenvolvimento territorial.

O propósito deste guia é orientar a elaboração do plano de desenvolvimento territorial. Mas, não se tem a presunção de responder a todos os questionamentos, tão pouco, tem-se a pretensão de que ele seja utilizado de forma mecanizada. Pretende-se contribuir apresentando conceitos básicos, propondo metodologias e orientando a organização das informações. Cabe salientar que os atores envolvidos nos processos de elaboração do plano devem ter autonomia para adequá-lo às demandas do território.

Este instrumento tecnológico tem como finalidade auxiliar na construção do PDTR e motivar os gestores municipais a ampliar os espaços e as alternativas de combate aos déficits de políticas públicas que impossibilitam o desenvolvimento socioeconômico, tanto no contexto local quanto territorial. Portanto, compete aos entes de forma cooperada a implementação e o fortalecimento das políticas públicas, visando estimular as atividades econômicas e socioculturais características do território. Diante das condições geopolíticas torna-se necessário planejar os diversos contextos de ambientes em dimensões que possibilitem seu direcionamento ao desenvolvimento local.

## **2- PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

O planejamento territorial é um instrumento que pode auxiliar os atores sociais a desenvolverem ações que estimulem o desenvolvimento em contexto local e territorial. Ele possibilita uma análise detalhada das dimensões socioeconômica, sociocultural, educacional, ambiental e político-institucional.

O plano apresentará as fragilidades ou inadequações que podem ser readequadas ou reestruturadas com o propósito de otimizar o uso dos recursos, tendo como efeitos melhorias dos produtos e na prestação dos serviços, assim como, delinea as potencialidades a serem exploradas como atrativos para investimentos públicos e ou privados, refletindo em avanços nas condições estruturais e organizacionais dos contextos abordados.

Dentro desta perspectiva, o PDTR poderá definir objetivos e metas que devem ser alcançadas pelas ações estratégicas que serão desenvolvidas por meio da interação entre as estruturas existentes na região. O plano deverá apresentar projetos estruturantes, com informações técnicas com a finalidade de estimular novos investimentos públicos e privados direcionando-os para o crescimento, possibilitando uma dinâmica na cadeia produtiva do território, com a perspectiva de gerar emprego e fortalecer a economia.

### **2.1 Dimensões e Abordagens do Plano de Desenvolvimento Territorial**

O desenvolvimento territorial não está relacionado apenas ao crescimento econômico, ele envolve diversos fatores que condicionam melhorias na condição de vida das pessoas. Para que o crescimento se estabeleça no território é necessário à existência de boas condições de infraestrutura e logística, um bom sistema educacional, um bom sistema de saúde, preservação das riquezas ambientais e uso consciente dos recursos naturais, além da valorização dos contextos culturais. Os resultados das adequações estruturais, organizacionais e melhorias na qualidade dos serviços disponibilizados para a população, direcionarão o processo ao desenvolvimento territorial.

O planejamento é fundamental para que se elabore o diagnóstico do território, possibilitando aos gestores dos municípios uma análise detalhada das questões econômicas e socioculturais de forma local e territorial. Este instrumento apresentará

as forças e fraquezas, oportunidades e ameaças existentes - Matriz SWOT\*, com isso, eles, de forma cooperada, poderão enfrentar os problemas com a criação de projetos que possam reduzir as fragilidades e potencializar os pontos fortes para melhor explorá-los.

O plano de desenvolvimento deve pautar as condições de desenvolvimento territorial a partir das dimensões econômica, sociocultural, político-institucional, ambiental e educacional, apresentando um diagnóstico das condicionalidades dos diferentes contextos das realidades municipais e regionais analisados nas fases do planejamento, conforme apresentado na Figura 1.

**FIGURA 1** - Relação dos contextos que devem ser analisados para construção do PDTR



**FONTE:** Elaborado pelo autor, 2020.

---

\* Matriz SWOT- É uma ferramenta usada para a realização de análise de ambiente e serve de base para planejamentos estratégicos e de gestão de uma organização. A Matriz SWOT, entre inúmeras outras, é uma das principais técnicas utilizadas na identificação da postura estratégica, pois avalia a opinião dos executivos da organização acerca dos pontos importantes do planejamento (CARDOSO e GAIA, 2014, p. 126). É através dela que a organização consegue ter uma visão clara e objetiva sobre quais são suas forças e fraquezas no ambiente interno e suas oportunidades e ameaças no ambiente externo, a partir da análise é possível elaborar o planejamento utilizando estratégias para obter vantagem competitiva e melhorar o desempenho organizacional.

A Figura 1 apresenta as dimensões que o plano deve atender através de análises fundamentadas das reais condições do território, relacionadas às diversas áreas das ações. Não existe uma direção pré-definida a ser seguida para o desenvolvimento da análise das dimensões, elas são interconectadas e retroalimentam-se no decorrer do processo.

A partir das análises realizadas no transcorrer do planejamento, deverá definir-se projetos que atendam às dimensões apresentadas, com a finalidade de atribuir possibilidades de melhorias nessas dimensões, pelas suas individualidades no campo de atuação, e pelas suas correlações tanto no desenvolvimento das atividades quanto pelo alcance dos resultados, conforme segue:

- ❖ **Dimensão Econômica:** A análise dessa dimensão deve apresentar as possibilidades econômicas a nível local e territorial, buscar potencializar as cadeias produtivas existentes e fortalecer os circuitos comerciais e empresariais, preparando-os para transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas no contexto territorial. Pois, o propósito deve ser suscitar novas oportunidades que reflitam na geração de emprego e renda para a população.
  
- ❖ **Dimensão Sociocultural:** Esta análise deve apresentar propostas que possibilitem o acesso da população às instituições e aos serviços públicos, garantindo os direitos da população, e estabelecer instrumentos que ampliem as políticas públicas possibilitadoras de melhorias nas condições de vida das pessoas, o que potencializará os indicadores de avaliação para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nos contextos municipal e territorial. É importante estabelecer ações direcionadas à valorização e respeito das diversidades culturais, que são características marcantes dos contextos históricos relacionados ao Território do Recôncavo (TR), para a história do Brasil. Deve-se apresentar propostas que visem explorar os aspectos históricos e culturais vinculados ao território, eles são extremamente representativos na vida da população, tanto pelas singularidades quanto pela diversidade. O Recôncavo é reconhecido pelos fortes aspectos históricos e culturais, como já abordado anteriormente, suas especificidades relacionadas à culinária, aos cultos e festejos religiosos, turismo náutico, à arquitetura

histórica, música, artesanatos, belezas naturais etc. Assim, torna-se importante estabelecer um planejamento integrado das atividades para que possam atribuir novas possibilidades de empreendimentos para o (e no) território.

- ❖ **Dimensão Político-institucional:** Dentro deste contexto, torna-se preponderante que os gestores tenham discernimento para não envolver as divergências partidárias-eleitorais que possam enfraquecer a elaboração do plano. É importante que se estabeleçam pautas que dialoguem com as questões que possam proporcionar o desenvolvimento do território, visando proporcionar melhorias na vida da população. Utilizar da institucionalidade para criar um planejamento a nível territorial a partir do CTR, por meio de metodologias democráticas, possibilitando a participação da sociedade civil e do tecido empresarial, adotando-se e utilizando-se um processo de governança descentralizado, compartilhando as tomadas de decisões.
  
- ❖ **Dimensão de Saúde e Ambiental:** Deve-se ter compreensão da importância de direcionar investimentos a nível municipal e territorial para implementar as políticas consorciadas. Entende-se que as limitações de recursos públicos não possibilitam aos municípios de pequeno porte prestar serviços de saúde de média e alta complexidade, condicionando os pacientes a percorrerem longas distâncias ou a não terem os atendimentos necessários. No entanto, é possível desenvolver um planejamento territorial visando atender aos contextos de prevenção, promoção e proteção à saúde da população. Cabe salientar, que é relevante planejar o desenvolvimento respeitando os princípios da sustentabilidade, enfatizando a necessidade de melhorar a qualidade de vida e da saúde da população com a ampliação de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, instalação de rede de esgotamento sanitário, criação de um Centro Regional de Zoonoses, estabelecer estratégia a nível territorial que possibilite coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos. Essa dimensão envolve todas as deliberações de investimentos tanto as de caráter de produção industrial, agrícola, pecuária, pesca, artesanato, turismo etc., com isso, deve-se preocupar com as formas de uso dos recursos disponíveis. Portanto, tudo isso decorre da necessidade do uso adequado dos recursos

naturais, pois, são ativos valiosíssimos, com características específicas do território. No entanto, entende-se que as propostas de investimentos devem relacionar-se, ao desenvolvimento pautando os aspectos de saúde da população, à preservação e também com a recuperação de áreas degradadas, na perspectiva de criar-se novas possibilidades de explorar as belezas naturais e os contextos culturais do território como meio de gerar trabalho e renda para a população, através do ecoturismo ou do turismo cultural, por exemplo.

- ❖ **Dimensão Educacional:** As questões educacionais devem ser compreendidas pela sua importância para a obtenção do desenvolvimento territorial, quanto pela sua necessidade na vida das pessoas. É importante que tais questões sejam abordadas a nível local com foco na realidade territorial, direcionando-as para melhorias em contextos estruturais, gerenciais e pedagógicos com o objetivo de obter possíveis avanços nos indicadores analisados pelos índices de desenvolvimento da educação (IDEB), em contexto municipal e territorial, em consonância com a média Estadual. Deve-se planejar alternativas que proporcionem melhorias, para isso é importante buscar parcerias com o governo do Estado, governo Federal e instituições de ensino e pesquisa existentes no território a exemplo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Faculdade Maria Milza (FAMAM), Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Instituto Federal Baiano (IF Baiano). Além disso, estão muito próximas do território e podem ser acionadas a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tendo como finalidade o desenvolvimento de ações de qualificação profissional e acompanhamento da evolução dos serviços prestados e atividades desenvolvidas. As possibilidades de desenvolvimento atribuídas ao território têm que ser utilizadas para possibilitar melhorias na qualidade de vida da população, pela melhor e mais qualificada prestação de serviços públicos.

Compreendendo que o desenvolvimento territorial está interrelacionado com as dimensões apresentadas, entende-se que o planejamento deve apresentar as potencialidades e as fragilidades existentes no território e também propor projetos com

ações que proporcionem o desenvolvimento socioeconômico e, conseqüentemente, resultem em melhorias na qualidade de vida das pessoas.

## **2.2 Estratégias da Participação na Elaboração do PDTR**

A participação é algo importante, os atores envolvidos participam das tomadas de decisões, eles são os agentes transformadores, no entanto suas participações precisam ser estimuladas e fortalecidas durante as etapas de construção do planejamento. Compreende-se a necessidade da participação e que em alguns fatores ela não ocorre espontaneamente, com isso, deve ser estabelecido o planejamento esboçando estratégias de estímulo, definição de mecanismos para acompanhamento e avaliação dos processos participativos.

Planejar as estratégias para fortalecer os mecanismos de participação na elaboração do planejamento territorial configura-se por entender que a participação da sociedade contribui significativamente, é o período onde a população pode relatar os problemas e as pretensões relacionadas às dinâmicas locais e regionais, podendo explanar as possibilidades de contribuição dos setores relacionados.

O processo de elaboração do planejamento tem que deixar explícito o significado do envolvimento entre os setores públicos e a sociedade em geral, com o objetivo de revigorar entre eles o sentimento de cooperação no processo de transformação, buscando conjuntamente alcançar os objetivos e, conseqüentemente, obter mudanças das realidades, atendendo às necessidades ou provocando melhorias nas condições de vida da população através da relação Estado e sociedade.

O planejamento participativo envolve os gestores públicos e a sociedade, possibilitando a abordagem das questões reais relacionadas ao território ao qual a política será direcionada, permitindo traçar os caminhos a serem trilhados para alcançar os objetivos e as metas estabelecidas, visando atender os anseios da população.

O direito de participação da sociedade na gestão pública é garantido pela Constituição Federal, em seu art. 198 inciso III, que garante a participação da comunidade na elaboração das políticas públicas, acompanhando o desenvolvimento das ações e também fiscalizando a aplicação dos recursos destinados à realização de tais políticas. A participação não ocorre de forma espontânea ou naturalmente, com

isso, o planejamento deve estabelecer ações contínuas direcionadas a estimular a participação no decorrer do processo de planejamento para o desenvolvimento territorial.

Dentro desta perspectiva nota-se a necessidade de planejar as ações e os procedimentos que serão desenvolvidos para a elaboração do planejamento territorial. Os pré-requisitos são fundamentais para que, ao final, atinjam-se os objetivos e as metas estabelecidas para cada uma das fases de elaboração do planejamento. Cabe salientar, que a partir ano de 2019 o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) se reduziu a uma secretaria e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) deixou de existir. Diante destes fatos, compreende-se que a construção do PDTR pelo CTR torna-se ainda mais relevante para o território.

Dentre as etapas de elaboração do plano, torna-se necessário realizar reuniões com as diferentes representações, em contexto local e territorial, para que se estabeleça uma relação de parceria e cooperação através da participação da população na construção do PDTR. O detalhamento da composição de possíveis representações para participar das reuniões, voltadas para as pautas do desenvolvimento a nível local e regional, é o que se apresenta a seguir:

- Representantes do poder público das prefeituras municipais que compõem o Território;
- Representante dos governos Estadual e Federal;
- Empresariado a nível local e territorial;
- Associação Comercial e/ou Industrial;
- Associação de atividades musicais, culturais e religiosas;
- Sindicato e Associações de produtores rurais;
- Sindicato e Associações de pescadores e marisqueiras;
- Representantes de órgãos do Governo Estadual e Federal que abordam políticas de desenvolvimento territorial;
- Representantes de comunidades quilombolas;
- Representantes do colegiado territorial;
- Representantes das instituições de ensino superior;
- Representantes de movimentos sociais;
- Representantes de ONGs;
- Representantes da sociedade em geral;

A participação dos representantes acima listados tem por objetivo criar um sentimento de identificação e pertencimento que contribuirá com o processo de construção do plano e o desenvolvimento das ações que serão propostas.

### **3- DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PDTR**

É importante que os gestores públicos do Território do Recôncavo desenvolvam ações políticas de forma cooperada, com a finalidade de propiciarem melhorias às vertentes econômica, social, cultural e política, vislumbrando o desenvolvimento em dimensões local, territorial, regional, nacional e global. Cabe salientar a importância da correlação entre as perspectivas de desenvolvimento a nível local e territorial, e que tenha como resultado a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Para que o CTR possa elaborar o Plano de Desenvolvimento do Território do Recôncavo é imprescindível que os representantes dos municípios que integram o Consórcio tenham compreensão das limitações orçamentárias dos municípios, que, conforme análise do IBGE (IBGE CIDADES, 2015), em sua maioria, dependem em mais de 85% das receitas externas para a prestação dos serviços à população. É necessário, também, que os gestores reconheçam a importância de utilizar o CTR como instrumento para o planejamento e implementação de políticas públicas que contribuam com o desenvolvimento territorial.

Para que o planejamento aconteça de forma concisa, torna-se relevante que os gestores apresentem para a população do seu município os propósitos com a elaboração do PDTR. Cabe salientar que as ações serão desenvolvidas a nível local e territorial, algumas atividades serão de responsabilidade dos entes municipais de forma integrada e outras individualizadas, possibilitando a elaboração do plano.

Além da apresentação para a população o gestor tem que estabelecer nos planejamentos municipais as propostas e os possíveis orçamentos que serão direcionados para o CTR desenvolver as ações.

O guia tem a finalidade de contribuir com o planejamento e elaboração do PDTR, apresentando os passos a serem seguidos, mas eles podem ser adaptados ou acrescentados, adequando-se de acordo com a realidade dos envolvidos nos processos de construção do plano. Ele é um instrumento propositivo, impulsionado por metodologias participativas com intuito de construir uma relação colaborativa que fortaleça a implementação das ações que pautam o desenvolvimento a nível local e territorial, conforme apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Etapas, diretrizes e ações do plano de trabalho para construção do PDTR**

Etapas	Diretrizes	Ações
1ª	Ações preliminares de sensibilização e mobilização dos gestores públicos e atores sociais a serem envolvidos na construção do plano.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reunião do CTR para apresentar a importância da elaboração do PDTR;</li> <li>✓ Fortalecer os vínculos de cooperação e firmar o compromisso de todos pela busca do desenvolvimento territorial.</li> </ul>
	Contratação da equipe técnica responsável pela condução dos processos de elaboração do PDTR.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fazer os encaminhamentos para iniciar as ações de planejamento;</li> <li>✓ Definição de um representante encarregado pela mobilização das representações em seu município.</li> </ul>
	Alinhamento metodológico e estratégico dos planos de trabalho que serão desenvolvidos para construção do PDTR.	Adaptação das metodologias aos diferentes contextos socioculturais e às diferentes realidades dos atores envolvidos.
2ª	Apresentação das etapas para a criação do plano de desenvolvimento territorial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Munir os mobilizadores municipais com as informações sobre as diretrizes para elaboração do plano;</li> <li>✓ Mostrar a importância da função assumida por ele para a construção do plano;</li> <li>✓ Informá-los de que a participação da população é fundamental para atingir os objetivos.</li> </ul>
	Definição do cronograma da realização das atividades nos municípios.	Reunião com os responsáveis de cada município em desenvolver as ações de mobilização dos atores sociais do seu município.
	Levantamento e sistematização dos dados Secundários com informações a níveis municipais e territoriais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Situação dos índices socioeconômicos a níveis municipal e territorial;</li> <li>✓ Conhecimento dos contextos ambientais e culturais da população;</li> <li>✓ Características da produção agrícola e industrial, etc.</li> </ul>
3ª	Realização de atividades nos municípios de acordo com o cronograma para firmar compromissos com as representações municipais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Identificação dos diferentes tipos de atividades produtivas;</li> <li>✓ Identificação das condicionantes socioambientais mais evidentes;</li> <li>✓ Levantamento de informações relacionadas às possíveis potencialidades e limitações no município a nível local e territorial;</li> <li>✓ Apresentar algumas hipóteses alternativas de desenvolvimento.</li> </ul>
	Coleta de dados primários com os atores-chaves a partir das informações obtidas por dados secundários e pelas reuniões com a população.	Oportunidade de aproximar-se das pessoas envolvidas e ter compreensão da realidade dos contextos analisados.
	Fazer o diagnóstico relacionado às dimensões abordadas pelo plano, apontando as potencialidades, limitações e oportunidades em contexto local e territorial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise detalhada das dimensões em todos os contextos;</li> <li>✓ Identificação de áreas que tem potencial para investimentos públicos ou privados;</li> <li>✓ Identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças;</li> <li>✓ Identificação das oportunidades de atração de investimentos e novos negócios em formato local e territorial.</li> </ul>
	Realização de plenária após a equipe técnica ter organizado as informações e por fim sintetizá-las com a participação dos atores envolvidos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aprofundar as discussões entre os atores envolvidos, para abordar as questões referentes à realidade;</li> <li>✓ Definir como se pretende atuar para estabelecer o processo de desenvolvimento;</li> <li>✓ Definição das prioridades para a criação de projetos e planos de ações.</li> </ul>
	Divulgação das informações para todos os atores sociais envolvidas no processo de elaboração do plano.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estimular a participação, mostrando que os atores sociais são integrantes do plano de desenvolvimento;</li> </ul>

4ª		✓ Mostrar que eles são primordiais na execução das atividades que propiciarão o processo de desenvolvimento territorial.
	Apresentar novas possibilidades através da dinamização das Cadeias Produtivas.	✓ Organização, fortalecimento e valorização dos Arranjos Produtivos Locais (APLs); ✓ Fortalecimento e valorização da produção e do comércio a nível local e territorial.
	Elaboração de projetos e construção de planos de trabalho que direcionem o território ao futuro desejado.	✓ Desenvolver atividades planejadas e coordenadas em formato de cooperações entre as instituições públicas, privadas e do terceiro setor; ✓ Criar projetos com objetivos de minimizar as fragilidades dos setores produtivos e estabelecer mecanismos que possa fortalecer as potencialidades relacionadas aos contextos naturais e culturais relacionados aos produtos e serviços.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2020.

O Quadro 1 apresenta as etapas indicadas pelo guia para elaboração do PDTR, com relação à ordem das fases propostas, cabe salientar que a estrutura metodológica é flexível, e podem ser ordenadas de acordo com o planejamento da equipe técnica responsável. A proposta é apresentar para os gestores públicos e atores sociais, a importância de abordar-se o desenvolvimento a nível local e territorial.

O propósito é mostrar as possibilidades de superar alguns obstáculos na prestação de serviços através do desenvolvimento de ações cooperadas, e explanar que a partir da elaboração do PDTR, eles terão um instrumento que os auxiliará nos processos de gestão.

Após o levantamento das informações vem o momento de construir uma análise detalhada e obter um diagnóstico das condições ambientais, culturais e socioeconômicas do território. Assim, poderá direcionar-se as prioridades de intervenções que devem ser construídas por interações entre os representantes das instâncias que almejam o desenvolvimento e, conseqüentemente, melhorar as condições ambientais, culturais e socioeconômicas do território.

O plano auxiliará as tomadas de decisões dos gestores públicos, gestores de empreendimentos privados e demais atores sociais envolvidos. Pois, possibilitará a construção de novas alternativas de desenvolvimento local, utilizando metodologias que possibilitem o reconhecimento das fragilidades e a construção de alternativas para explorar as potencialidades do território.

### 3.1 Diagnóstico

O diagnóstico consiste no reconhecimento das características territoriais. É necessário fazer um levantamento relacionado aos Contextos Históricos e Socioculturais do território, realizar análises relacionadas à Dimensão Populacional e às Características Político-Institucionais; aos Aspectos Geoambientais e Econômicos; de Infraestrutura, Mobilidade e Logística; e às Condições Educacionais e de Saúde Pública, possibilitando apresentar-se uma análise detalhada dos diversos recursos, produtos e serviços característicos do território.

O PDTR deve traçar as potencialidades e as limitações de cada dimensão analisada, para que se possa criar projetos inter-relacionando com os setores públicos, privados e organizações sem fins lucrativos, enfim, propor alternativas que possibilitem o desenvolvimento territorial.

Assim, compreende-se que tendo conhecimento das peculiaridades relacionadas ao TR é possível planejar ações que poderão ser desenvolvidas de forma cooperada entre os municípios, com objetivo de estabelecer ações resolutivas sobre contextos que impossibilitam melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Dentro desse contexto, o propósito é promover mudanças nas infraestruturas, provocar avanços nos procedimentos organizacionais e implantar ações que agreguem valores as Indicações Geográficas (IG)\*, atraindo novos investimentos e, portanto, potencializando os atributos e atrativos locais e territoriais.

#### 3.1.1 Contextos Históricos e Socioculturais do Território

A análise das questões relacionadas com os aspectos históricos e culturais do (TR) possibilitará compreender os contextos relacionados aos aspectos políticos, socioeconômicos e culturais atrelados à riquíssima história do seu povo. Com relação aos contextos culturais é importante identificar as manifestações culturais, folclóricas e elencar as características da culinária originária do território.

---

\* Conforme Lopes (2011) a Indicação Geográfica (IG), configura-se pelas particularidades de diferentes produtos de diferentes regiões, com a valorização dos contextos ambientais e socioculturais característicos do território, criando um fator diferenciador para o produto e para o território, que apresenta originalidade e características próprias.

Construir a circunscrição relacionando os números de pessoas residentes em área urbana e rural, elencando as diversas descrições relacionadas a essas populações, tendo como exemplo a renda, idade, gênero, ocupação escolaridade, taxa de crescimento dos últimos anos, e apresentar uma síntese dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios, fazendo um levantamento dos principais problemas e potenciais do território.

As informações relacionadas a esses elementos possibilitarão a compreensão dos valores atribuídos às questões socioculturais, que são fruto da organização social e econômica do território e, em alguns contextos, estão imbrincadas aos processos de produção e comercialização local.

### **3.1.2 Dimensão Populacional e Características Político-Institucionais**

Incide na análise dos dados relacionados com o contingente populacional, índices de crescimento, características populacionais e contextos relacionados aos arcabouços institucionais e políticos das representações sociais e públicas, envolvidas no processo de construção do PDTR. É relevante compreender as demandas dos diferentes grupos representados, buscando entender as demandas e pautar ações que respondam às pretensões através das políticas públicas. Assim como, ter conhecimento dos projetos políticos partidários, com objetivo de apresentar o planejamento para construção do PDTR respeitando aos princípios da administração pública e atendendo aos critérios éticos e legais.

### **3.1.3 Aspectos Geoambientais**

O diagnóstico dos aspectos geoambientais deve apresentar a dimensão geográfica do território informando suas características de localizações geográficas em relação ao mapa do Estado da Bahia, apresentar os biomas característicos do (TR) englobando os tipos de vegetação seu estado de conservação e identificar possíveis oportunidades que a conservação da biodiversidade e ou forma correta de exploração pode contribuir para melhorias nas vidas das pessoas.

É importante proporcionar uma análise detalhada dos contextos hídricos do território, apontando para as suas particularidades relacionadas ao nível de preservação e poluição das bacias hidrográficas. Fazer análise dos tipos de solo e

nível de degradação provocada pelo homem, e estimativas de áreas produtivas em contexto local e territorial. Também é importante traçar um quadro climático dos últimos anos com a finalidade de compreender as alterações e definir ações que possam contribuir com a preservação da natureza e, conseqüentemente, promover melhorias para os setores produtivos, principalmente nas áreas utilizadas pelos agricultores familiares que têm grande contribuição na economia a nível local.

### **3.1.4 Aspectos Econômicos**

O diagnóstico das questões econômicas deverá englobar os setores produtivos relacionados com agropecuária, pescados, produtos artesanais, setores de turismo, setores industriais, prestação de serviços e comércio. Através da análise dos PIBs municipais deve-se compreender a participação de cada setor em sua composição, assim podem-se estabelecer ações para dinamizar os setores que têm potencial e propor ações que aumentem a produção e agreguem valor aos produtos ou serviços, contribuindo para a ampliação do PIB em contexto local e territorial, podendo interrelacionar o desenvolvimento humano/social e econômico.

Referente aos contextos agropecuários, o planejamento deve apresentar um balanço relacionando as áreas produtivas com as possibilidades de produção em contexto local e territorial. Com isso, detalhar a participação da agricultura familiar na formação do PIB regional e, assim, apresentar um estudo detalhado com as culturas que melhor se adaptam aos tipos de solo característicos do Território, podendo potencializar as alternativas de desenvolvimento para a vida das pessoas envolvidas. Mapear a produção e formas de comercialização das atividades de pesca e mariscagem, e demais formas de produção artesanal.

O propósito é apresentar um plano integrado com alternativas de fortalecimento e dinamização das formas de produção e comercialização. A partir do diagnóstico dos contextos relacionados à prestação de serviços, indústria e comércio são possíveis apresentar um desenho da participação destes setores no PIB territorial. Referente ao setor industrial é necessário estabelecer estratégias políticas pautando a retomada das atividades no Estaleiro Naval de Enseada do Paraguaçu, localizado no município de Maragogipe. Este empreendimento, impulsionado pela política de revitalização da indústria naval Brasileira e com avançado aparato tecnológico, pela sua dimensão

estrutural e pelo potencial econômico pode atrair investimentos para o TR, implicando na geração de trabalho e renda para a população.

É importante que a partir das análises, o Plano de Desenvolvimento Territorial também apresente possíveis oportunidades de negócios e áreas que gerem retornos econômicos a longo, médio e curto prazos, os quais podem ser planejados com objetivos de atrair investimentos e geração de emprego.

### **3.1.5 Aspectos de Infraestrutura, Mobilidade e Logística**

Com relação a estas temáticas, deve-se apresentar uma análise das condicionalidades relacionando os possíveis problemas e as potencialidades referentes aos aspectos de infraestrutura e logística no território do Recôncavo. É importante fazer um levantamento estrutural detalhado com a finalidade de apresentar as reais condições e propor intervenções que contribuam com a melhoria dos contextos relacionados com a infraestrutura social e produtiva.

As questões relacionadas à mobilidade devem ser analisadas em conjunto com as questões de infraestrutura, quanto à disponibilização de modais diversificados de transportes, compreendendo as características territoriais que tem fortes características para o transporte náutico, sendo fortalecido pela construção do estaleiro Enseda do Paraguaçu, pois, é preciso pensar a mobilidade e a logística visando atender as necessidades da população e auxiliar no desenvolvimento territorial através das interconexões dos meios de transportes a nível territorial.

Com relação à infraestrutura é necessário fazer uma análise das condições referentes ao saneamento básico, às condições das rodovias, das unidades hospitalares, das unidades escolares, unidades universitárias, das habitações, dentre outras a nível local e territorial, buscando apresentar a situação atual e possibilidades futuras, propondo alternativas a partir do desenvolvimento de ações cooperadas através do PDTR.

No que diz respeito à logística, é importante fazer uma análise tanto com relação ao escoamento da produção, que poderá ter os custos reduzidos, quanto aos produtos que poderão ter redução nos custos para chegar ao território. Atendendo-se aos principais critérios relacionados à logística, que, conforme Rosa (2012) são: produto certo, na quantidade certa, no lugar certo, no prazo certo, na qualidade certa,

com a documentação certa, ao custo certo, produzido ao menor custo, da melhor forma, deslocando-se mais rapidamente, podendo oferecer melhores resultados.

É necessário relacionar qual o modal de transporte utilizado e quais as opções de modais existentes e necessários na região, com a finalidade de propor as melhores alternativas. É importante apresentar uma proposta de planejamento da gestão de logística com a finalidade de estabelecer redução de custos.

### **3.1.6 Contextos Educacionais**

Apresentação e análise dos indicadores educacionais disponibilizados pelo Ministério da Educação, fazendo uma síntese a partir da comparação com anos anteriores, realizando uma abordagem das condicionantes em contexto local e territorial. Para que se possa planejar ações que proporcionem melhorias nos contextos educacionais torna-se necessário:

- Mapear o quantitativo de unidades de ensino;
- Analisar as condições estruturais das unidades escolares;
- Mapear a educação infantil e creches;
- Analisar a idade média de crianças e adolescentes no ensino fundamental um e dois;
- Analisar as taxas de reprovação;
- Verificar a taxa de analfabetismo;
- Analisar os índices de evasão e abandono escolar, mapeando suas principais causas nas áreas urbanas e rurais;
- Analisar os níveis de formação continuada dos profissionais da educação;
- Analisar os índices com o número de jovens que estão cursando o nível superior;
- Buscar informações relacionadas aos indicadores de qualificação dos profissionais que estão atuando nos setores público e privado;
- Ação pública de incentivo à qualificação profissional e ou formação de nível superior;
- Níveis de interação entre os municípios e ou gestão municipal com os campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e demais instituições de

formação de nível superior, pautando estudos que proporcionem melhorias na prestação de serviços públicos.

Todas estas informações devem ser comparadas com os indicadores referenciados aos níveis regional e estadual, possibilitando uma análise detalhada, tendo em vista auxiliar o plano a estabelecer ações que proporcionem melhorias nos serviços públicos educacionais no Território. A partir das informações, deve-se estabelecer ações que possam melhorar os índices educacionais, utilizando e ou adaptando programas ou metodologias educacionais que vêm sendo realizadas e obtendo êxito nas escolas do contexto local e regional.

A ideia de estabelecer uma política de aproximação, parte da compreensão que o setor educacional está intrinsecamente vinculado às condições de melhoria de vida das pessoas, sendo fundamental para que se avance no desenvolvimento territorial.

### **3.1.7 Contextos de Saúde Pública**

Cabe apresentar a caracterização e análise dos índices de saúde pública nos municípios do Território, individual e conjuntamente, comparando os dados de anos anteriores em relação aos atuais índices em níveis estadual e nacional, para que se possa compreender a realidade dos sistemas de saúde pública do território.

Portanto, percebe-se como relevante instituir-se políticas que estabeleçam o controle ambiental e social, por meio de ações que amenizem as questões que afetam o desenvolvimento econômico e social no território.

É importante analisar os níveis de prestação de serviço de saneamento básico (SB) nos municípios, entendendo ser algo primordial no estabelecimento da prevenção, proteção e promoção da saúde pública. Em meio ao crescimento desordenado das áreas urbanas e frente aos processos de industrialização como mecanismo de desenvolvimento dos países, seria relevante estabelecer uma política de fortalecimento, intensificar a cultura do uso dos recursos naturais e produtos industrializados de forma consciente, pautando para a necessidade de adaptar-se ou adotar-se um estilo de vida pautado por e voltado para práticas sustentáveis.

No entanto, torna-se necessário que os municípios tenham um planejamento que envolva toda sua área territorial, atendendo aos contextos legais estabelecidos pela Lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020 (BRASIL, 2020) visando melhores condições

sanitárias para a população, combatendo os problemas causados por ambientes insalubres. Mesmo com a ampliação das redes de saneamento e com a criação das leis que regulamentam as condições de ocupação do solo, existe um grande número de pessoas sem acesso ou com acesso fragmentado das ações de (SB).

É necessário apresentar um demonstrativo com o número de famílias que não tem abastecimento de água potável, não utiliza esgotamento sanitário, não dispõe de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos de forma correta, de acordo com a Lei n.º 12.305/2010 (BRASIL 2010), assim como pelo reflexo do crescimento desordenado das áreas urbanas que não são dotadas de redes de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas, revelando que, na maioria das vezes, os problemas são causados pela ausência de planejamento e pelo déficit dos serviços de saneamento para a sociedade.

É importante, também, apresentar o número de estabelecimentos de saúde e suas condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde a nível local e territorial, englobando a promoção de ações de saneamento básico e de vigilância sanitária nas suas ações. Diante destas informações é possível direcionar ações que devem ser implementadas a nível local, territorialmente planejadas e executadas de forma cooperada.

O PDTR deve dar ênfase a uma visão estratégica, buscando desenvolver atividades que reduzam os impactos ambientais, com a prerrogativa de diminuir as incertezas relacionadas às questões futuras. Pautar estratégias para implantação dos serviços de saneamento básico que atendam às necessidades atuais no território, possibilitando reduzir os riscos e incertezas relacionados com as questões que afetam diretamente os aspectos econômico e social da população.

#### **4- ETAPAS PARA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO PDTR**

O processo de elaboração do plano deve ser estruturado a partir de interações entre os atores envolvidos, como representantes da sociedade civil, agentes econômicos e agentes governamentais, fortalecendo a conexão com as políticas públicas e os processos de gestão, disponibilizando informações amplas e objetivas para as tomadas de decisões. Apresenta-se a seguir uma proposta com as etapas para a elaboração do Plano. Este deve definir os eixos, os objetivos, as metas e as estratégias de pequeno, médio e longo prazos para implementação das ações que serão propostas através de políticas públicas, pautando o desenvolvimento em nível local e territorial.

Este guia propõe que o PDTR seja elaborado em 3 etapas, a primeira perpassa pela definição de métodos e estratégias que devem ser adotadas com vistas a auxiliar na identificação de temas e problemáticas a serem priorizados, além de desafios a serem enfrentados ou potenciais a serem explorados. A segunda etapa trata da proposta de fazer uma leitura do território que se configure no diagnóstico tornando possível traçar-se diretrizes, estratégias e metas a serem alcançadas com a implementação de políticas consorciadas. Por fim, a terceira etapa sugerida é a elaboração dos projetos estruturantes, explorando as estratégias mais adequadas para contribuir com o desenvolvimento territorial.

##### **1ª ETAPA - Atividades Preliminares**

Definição dos procedimentos metodológicos, elaboração da estratégia, definição do Plano de Trabalho, considerando os objetivos e os produtos a serem desenvolvidos.

##### **Ações de Identificação e Mobilização dos Atores**

A partir da identificação das instituições, estas devem ser mobilizadas e sensibilizadas, e seus representantes convidados para as oficinas em nível municipal e territorial.

## **Apresentação**

Nesta etapa o CTR junto à equipe técnica que deve ser contratada para elaborar o plano apresentará as etapas e os procedimentos que serão utilizados para a elaboração do PDTR.

### **2ª ETAPA - Diagnóstico**

Esta fase do processo iniciará pelo levantamento e análise de dados secundários, dos indicadores e das políticas públicas existentes e, posteriormente, se complementar com procedimentos analíticos e com a realização de oficinas direcionadas aos diversos atores sociais envolvidos, visando delinear as especificidades do Território.

Nesse momento, se buscará respostas para algumas questões, tais como: Quais os principais problemas do território? Quais os principais conflitos? Quais os problemas, as potencialidades e as características dos contextos geoambientais? Quais as dificuldades e potencialidades, do ponto de vista dos diversos produtos e serviços que compõe o setor econômico do território? Quais as dificuldades e potencialidades dos segmentos artísticos e culturais? Quais as condições estruturais e as possibilidades de acesso aos serviços de saúde pública? Quais os índices educacionais, comparados aos respectivos índices de outros municípios/territórios de identidade e do Estado da Bahia? Etc...

A partir dos referidos questionamentos será possível o levantamento de dados relacionados com os seguintes contextos:

- Contextos históricos e socioculturais do Território;
- Dimensão populacional e características político-institucionais;
- Aspectos geoambientais;
- Aspectos econômicos;
- Aspectos de infraestrutura, mobilidade e logística;
- Contextos educacionais;
- Contextos de saúde pública.

A partir das análises realizadas, será necessário construir-se um quadro apresentando os resultados do diagnóstico integral do território, apontando as potencialidades, limitações e oportunidades de cada dimensão em contexto local (cada município) e territorial (o conjunto do TR).

### **Definição dos Eixos, Objetivos, Estratégias e Metas para o Desenvolvimento**

Ao final da fase de levantamento de dados e já tendo concluído um esboço da Matriz Territorial, construída a partir do levantamento bibliográfico e dos resultados das oficinas municipais, é importante a realização de uma assembleia extraordinária reunindo as instituições do poder público, representantes do setor privado e da sociedade civil organizada para definição dos eixos que irão ser relacionados para atender às dimensões e, simultaneamente, definir os objetivos, as estratégias e as metas vinculadas a cada eixo individualmente.

### **Construção dos Eixos de Desenvolvimento**

A definição das etapas possibilitará a definição das relações entre Eixos de Planejamento e as principais dimensões que serão atendidas, conforme exemplificado na Figura 2, dessa forma, tanto os eixos quanto as dimensões podem ser adequadas a partir dos resultados do diagnóstico.

**Figura 2 - Eixos de Desenvolvimento para o PDTR**

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

### Definições de Objetivos, Estratégias e Metas para o Desenvolvimento

Neste ponto serão definidos os objetivos, as estratégias e as metas para a construção dos Planos de Ações Territoriais, que detalham os aspectos operacionais relacionados aos eixos de desenvolvimento definidos anteriormente. O PDTR possibilitará a definição de prioridades para formulação de Projetos que viabilizem a execução das ações.

O Quadro 2 propõe como pode ser elaborada a matriz vinculando os objetivos, as metas e as estratégias para cada eixo de planejamento, cabe salientar que a elaboração da matriz deve se adequar às demandas. A partir dessas informações torna-se possível estabelecer ações e projetos a serem implementados para fortalecer os contextos que contribuirão para o desenvolvimento em nível local.

**Quadro 2** - Exemplo de elaboração da Matriz vinculando os eixos para o PDTR

<b>EIXO 1: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva.</b>	
<b>OBJETIVOS:</b>	
<b>Estratégias</b>	<b>Metas</b>
<b>Estratégia 1-</b>	<b>Meta 1-</b> <b>Meta 2-</b> <b>Meta 3-</b> <b>Meta 5-</b>
<b>Estratégia 2-</b>	<b>Meta 1-</b> <b>Meta 2-</b> <b>Meta 3-</b> <b>Meta 5-</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

### 3ª ETAPA – Definição de Projetos Estratégicos

Esse é o momento de criação do Portfólio apresentando os projetos estratégicos que devem ser implementados, para atingir os objetivos, estratégias e metas estabelecidas na etapa anterior, tendo como requisito a elaboração de plano orçamentário para o desenvolvimento de cada projeto.

## **Gestão, Monitoramento e Avaliação do PDTR**

O modelo de gestão utilizado para construção e implementação do Plano de Desenvolvimento Territorial do Recôncavo, deve ser sustentado por metodologias de gestão horizontal, descentralizando os processos de tomada de decisões, com a perspectiva de fortalecer as relações multi-institucionais e sociais, visando garantir os possíveis resultados.

Diante dos fatos entende-se que o monitoramento e a avaliação são processos analíticos articulados, que se complementam e proporcionam informações oportunas que auxiliam a tomada de decisões pelos gestores das políticas e/ou projetos. O processo de gestão, monitoramento e avaliação do PDTR será coordenado pelo Consórcio do Território do Recôncavo envolvendo as demais instituições territoriais, tendo como finalidade garantir um feedback contínuo com a realização das ações propostas pelo plano.

### **Atividades de avaliação**

As ações de avaliação dos projetos e das políticas públicas implementadas podem ser executadas através dos seguintes instrumentos de avaliação:

- Audiência pública para coleta de dados e discussão dos procedimentos de monitoramento e avaliação;
- Implementação de um sistema informatizado de monitoramento através de Banco de Dados, que poderá ser alimentado tempestivamente pelos representantes das organizações e pelos atores sociais envolvidos, e o CTR ficará incumbido de gerir;
- Aplicar questionários para obter a opinião do público a respeito da execução do PDTR, nos municípios que compõem o TR;
- Reuniões com empresários e entidades envolvidas com o plano para participar dos procedimentos de avaliação e monitoramento dos resultados dos projetos e políticas executadas, possibilitando a construção de indicadores de resultados.

Os resultados da avaliação constituem-se um instrumento que auxiliará aos gestores públicos e demais atores envolvidos, na tomada de decisões, permitindo estabelecer possíveis intervenções no desenvolvimento das atividades relacionadas aos projetos que estão sendo executados. O propósito é explorar os recursos de forma coerente, objetivando promover o desenvolvimento sustentável em nível local e territorial.

## 5- A PROGRAMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A partir da elaboração do PDTR é importante estabelecer novos projetos e/ou políticas públicas estruturantes que impulsionem o desenvolvimento a partir de ações executadas a nível local e territorial. Em alguns casos são necessários apoios técnicos e estruturais proporcionando às comunidades e empresários mecanismos que potencializem seu capital social possibilitando melhores resultados.

A elaboração do plano de desenvolvimento territorial deve ser fruto de ações envolvendo a cooperação dos atores pautando a consolidação dos sistemas produtivos, valorização da identidade cultural e inclusão socioeconômica da população, pautando a superação das desigualdades sociais no território.

Os eixos temáticos relacionados na construção do PDTR devem ser frutos das contribuições, de forma democrática, por meio das técnicas de planejamento participativo. É importante criar projetos estruturantes que atendam aos eixos estabelecidos com as dinâmicas que possibilitaram a sistematização e organização das propostas fruto das discussões envolvendo os técnicos e as comunidades.

Conforme o Quadro 3 as diretrizes que nortearão o desenvolvimento territorial serão condicionadas a partir do desenvolvimento de projetos que atendam a três eixos.

**Quadro 3** – Projetos para prioridade de investimentos

CATEGORIA	CLASSIFICAÇÃO
<b>a) Projetos estruturantes</b>	São os projetos voltados para implantação ou ampliação de qualquer tipo de infraestrutura social, econômica e ambiental e, em particular, pela sua importância, projetos de educação, que orientem o novo estilo de desenvolvimento e possibilitem a criação de condições favoráveis para a viabilização dos projetos econômicos e sociais.
<b>b) Projetos produtivos</b>	São aqueles voltados para a obtenção de qualquer produto ou serviço em qualquer setor ou ramo de atividade produtiva de melhoria da renda e dando suporte ao aumento da competitividade territorial.
<b>c) Projetos sociais</b>	Configuram-se como os projetos públicos, de caráter redistributivo e/ou compensatórios, voltados para a superação dos passivos sociais nas áreas de: organização social, saúde, saneamento, segurança alimentar, habitação, dentre outros.

**Fonte:** Adaptado pelo autor, de (ADIB, 2005, p. 38)

O Quadro 3 relaciona as categorias de projetos que devem ser desenvolvidos de forma integrada, possibilitando atender às demandas territoriais. Diante das classificações abordadas, compreende-se a importância da construção de análises

detalhadas da realidade territorial para que se possam estabelecer as estratégias corretas, com a finalidade de definir abordagens amplas, superando os interesses individuais. Conforme as categorias apresentadas no Quadro 3, propõe-se algumas temáticas para elaboração de projetos que viabilizem as melhorias nos contextos estruturais, produtivos e sociais dos municípios envolvidos.

- Planos de trabalho para captação de recursos públicos que alavancarão projetos de fomento para as atividades produtivas;
- Projeto de fortalecimento do contexto educacional incluindo ações contínuas de qualificação profissional;
- Planos de logística do Território;
- Criação e execução de projetos produtivos, com apoio de órgãos de assistência técnica;
- Projeto de integração dos circuitos turísticos no território;
- Projetos para ampliação de operações de crédito e incentivo ao empreendedorismo;
- Projetos de ampliação dos serviços de saneamento básico;
- Projeto de instalação de aterro sanitário para destinação correta dos resíduos sólidos;
- Projeto para dinamização das cadeias produtivas, para que de forma integrada possam ser transformadas em negócios capazes de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Território.

As propostas para elaboração de projetos têm como finalidade pontuar algumas ações que podem ser analisadas e priorizadas em conformidade com os resultados do diagnóstico. É pertinente relatar que em meio aos procedimentos de elaboração do plano, as discussões devem esgotar todas as possibilidades, pautando sempre em estabelecer as ações que tenham viabilidade e possam ser exequíveis. Pois, é importante considerar que as decisões devem estar amparadas em condicionantes técnicas com a finalidade de atender os anseios da comunidade referentes ao processo de desenvolvimento, em conformidade com as exigências legais.

É imprescindível debater amplamente no território a relevância do empenho de todos na construção do PDTR e a elaboração e implementação das políticas públicas que viabilizem o alcance dos resultados pretendidos e projetados.

## REFERÊNCIAS

- ADIB, Alberto Renault. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Guia para o Planejamento**. Brasília: Sdt/Mda, 2005. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/planoterrguiaplano.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui A Política Nacional de Resíduos Sólidos; Altera A Lei no 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998**; e dá outras providências. Brasília, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 15 jun. 2020.
- BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico**. Brasília, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm#art6](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm#art6). Acesso em: 20 out. 2020.
- CARDOSO, Aylana Cristina Lima de Almeida; GAIA, Alexandre Jorge. Diagnóstico Rápido Participativo e Matriz Swot: Estratégias de Planejamento Estratégico com Base na Atual Posição do Curso de Secretariado Executivo UEPA. **Revista de Gestão e Secretariado**, Pará, v. 5, n. 2, p. 117-137, jun. 2014. Disponível em: [https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/283/pdf\\_57](https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/283/pdf_57). Acesso em: 17 abr. 2021
- IBGE CIDADES. **Economia**. 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acessado em 25 out. 2019.
- LOPES, Nátali de Oliveira Von Ende. **A indicação geográfica como forma de valorização da biodiversidade no planalto norte catarinense**. 2011. 164 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90899/298508.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- ROSA, Rodrigo de Alvarenga. **Gestão Logística**. 2. ed. Florianópolis: Ufsc, 2012. Disponível em: <http://cegpm.virtual.ufpb.br/wp-content/uploads/2013/07/GEST%C3%83O-LOG%C3%8DSTICA.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.